



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS**

DECLARAÇÃO DE CEDÊNCIA DE DIREITOS DE IMAGEM

Eu, _____,
Portador do BI/Cartão do cidadão n.º _____, nascido em _____
(ano/mês/dia), contribuinte n.º _____, residente em _____,
declaro, para todos os efeitos legais, ceder incondicionalmente, ao Exército Português, com sede em Lisboa, os direitos de utilização da imagem, tal como captada nas fotografias ou filmagens realizadas no âmbito das Atividades de Divulgação do Serviço Militar, autorizando a sua reprodução, publicação, adaptação, utilização ou reutilização nos meios, nacionais ou internacionais, para publicitar, divulgar ou promover os respetivos produtos/serviços, nomeadamente, no seu sítio da Internet, ou em qualquer outro media ou meio de comunicação, bem como para outros fins de interesse público, relacionados com a Defesa Nacional.

Lisboa, ____ de _____ de 2024

(Assinatura conforme o C.C.)



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
EXÉRCITO PORTUGUÊS**

DADOS PESSOAIS - DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

O Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais (RGPD), aplicável, desde o dia 25 de maio de 2018, estabelece regras relativas à proteção, tratamento e livre circulação dos dados pessoais das pessoas singulares, mesmo que tenham sido recolhidos antes daquela data, e que se aplica diretamente a todas as entidades que procedam ao tratamento desses dados.

Assim, para que possamos tratar os seus dados pessoais e para efeitos de cumprimento das normas relativas à segurança militar, necessitamos do seu consentimento, que deve ser livre, explícito, inequívoco e informado.

O Exército Português conservará os dados pelo período necessário e de acordo com as imposições legais, nomeadamente, os prazos de conservação arquivística.

Poderá contactar-nos para qualquer questão relacionada com a proteção dos seus dados, dirigindo o seu pedido por escrito, com o assunto “Proteção de Dados Pessoais”, para o email: recrutamento@exercito.pt

Informamos, ainda, que na qualidade de titular dos seus dados pessoais, tem o direito de solicitar o acesso aos mesmos, de os alterar, de limitar parcial ou totalmente a sua utilização, bem como de decidir sobre qual o tratamento autonomizado que lhes pretende dar e, no limite, retirar o consentimento e exercer os demais direitos previstos legalmente.

Lisboa, ___ de _____ de 2024

(Assinatura conforme o C.C.)